

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89

SISTEMA BNDES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – SISTEMA BNDES 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Sistema BNDES relativas ao exercício de 2012, segundo as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

I. AMBIENTE MACROECONÔMICO

Nos EUA, o ano de 2012, especialmente o segundo semestre, foi marcado pelas discussões sobre possíveis efeitos do "Fiscal Cliff" ("Abismo Fiscal" – adoção simultânea de corte de gastos públicos e elevação das alíquotas de impostos) na economia. Embora esse processo tenha sido evitado, a incerteza política gerada trouxe repercussões às decisões de consumo e investimento nos EUA. Por outro lado, ainda em relação ao nível de atividade, houve melhoria do mercado imobiliário, seja devido à estabilização e até mesmo a alguma elevação dos preços residenciais, seja pelo crescimento das vendas de imóveis novos e antigos. A atividade industrial também vem mostrando sinais de recuperação, muito embora o mercado de trabalho ainda apresente recuperação aquém do esperado, com a taxa de desemprego fechando 2012 no patamar de 7,8%. Nesse sentido, o Banco Central americano condicionou não somente o programa de compras de ativos (QE 3 – *quantitative easing* 3), mas também a fixação de sua taxa básica de juros (*policy rate*) no atual patamar (entre 0% e 0,25%) e melhorias no mercado de trabalho.

Na Zona do Euro, o ano de 2012 foi marcado por uma relativa melhora no que tange à crise das dívidas soberanas. O ponto de inflexão dessa distensão residiu tanto nas duas operações de financiamento de 3 anos destinadas ao sistema bancário da região (3y LTRO – *long term refinancing operations*), quanto nas declarações do presidente do BCE (Banco Central Europeu), de que não haveria mensuração de esforços para a preservação da moeda única. Em seguida, no mês de setembro de 2012, foi anunciada a linha de financiamento ilimitada denominada OMTs (*Outright Monetary Transactions*), visando reduzir os spreads de risco dos títulos das economias mais vulneráveis da região. Essa atuação mais pragmática e pronunciada do BCE reduziu, em boa medida o alto nível de aversão ao risco com relação a um eventual processo de ruptura da região.

Na China, o ano de 2012 foi marcado por dois momentos bastante distintos. A primeira metade do ano mostrou desaceleração do nível de atividade, que refletia não apenas o forte nível de aversão ao risco na economia global no final de 2011, mas também a retração das exportações para a União Europeia devido à crise das dívidas soberanas. Na segunda metade do ano, o governo lançou mão de medidas anticíclicas de estímulo à economia, em particular, via investimentos em projetos de infraestrutura. Como resultado, a economia chinesa passou a mostrar maior dinamismo a partir do segundo semestre, com crescimento médio trimestral (T/T-1, com ajuste sazonal) na casa dos 2%, o que equivale a um crescimento trimestral anualizado superior a 8%. Entretanto, mesmo com essa aceleração na segunda metade de 2012, a economia chinesa encerrou o ano com a menor taxa de crescimento em 10 anos, atingindo 7,8%.

No Brasil, a balança comercial fechou 2012 com superávit de US\$ 19,4 bilhões, referente a exportações de US\$ 242,6 bilhões e importações de US\$ 223,1 bilhões. O valor importado caiu 1,4% entre 2011 e 2012. Por sua vez, o valor exportado apresentou queda de 5,3%, resultado de quantum praticamente estável no decorrer do ano e queda dos preços das exportações. O destaque foi o declínio dos preços de exportação de produtos intermediários, de 6,7% até novembro de 2012. O saldo em transações correntes fechou 2012 com déficit de US\$ 54,2 bilhões, superior ao resultado de 2011 (déficit de US\$ 52,5 bilhões).

No que diz respeito à inflação, o IPCA registrou variação de 5,8% em 2012, desacelerando em relação a 2011 (6,5%). As desonerações tributárias sobre bens industriais duráveis e o menor ritmo de atividade econômica, denotado na menor inflação dos serviços, foram fundamentais para garantir inflação abaixo do teto da meta (6,5%).

O PIB registrou crescimento de 0,6% no 3T/12, frente o 2T/12, na série com ajuste sazonal. Este resultado representou uma aceleração na comparação com os primeiros trimestres de 2012. O consumo das famílias permaneceu como motor importante, pelo lado da demanda, com avanço de 0,9%. A maior contribuição positiva para o resultado do PIB no 3T/12 veio das exportações líquidas, de 0,8 ponto percentual. As exportações mostraram avanço de 0,2%, e as importações forte queda, de 6,5%, relacionada diretamente à greve da Receita Federal. O destaque negativo coube à evolução da formação bruta de capital fixo, que apresentou declínio pelo quinto trimestre consecutivo, com queda de 1,9%.

O cenário do primeiro semestre de 2012 ficou caracterizado pelo baixo crescimento econômico. Era esperada uma forte recuperação no segundo semestre, calculada nas medidas de estímulo à economia promovidas pelo Governo Federal e na diminuição do nível de estoques industriais, que se encontravam acima do planejado, dificultando a retomada plena da produção da indústria brasileira. Com isso, a expectativa era de que o PIB fecharia o ano com crescimento anualizado superior ou em linha com o PIB potencial da economia. De fato, no 3T/12 houve uma melhora na atividade econômica, mas os primeiros números do quarto trimestre indicam que houve excesso de otimismo.

II. A EMPRESA

Como principal instrumento de financiamento de longo prazo da economia brasileira, o BNDES apóia projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços, além de atuar no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e no financiamento não reembolsável de projetos que contribuem para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

O BNDES conta com três subsidiárias integrais: FINAME, BNDESPAR e BNDES *Limited*, que compreendem o Sistema BNDES. A BNDESPAR tem como foco apoiar o processo de capitalização e desenvolvimento de empresas nacionais e, assim, contribuir para o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários brasileiro. Sua atuação se dá notadamente por meio de participações societárias de caráter minoritário e subscrição de debêntures conversíveis ou permutáveis. A FINAME atende à necessidade de expansão e modernização da indústria brasileira ao fornecer financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por meio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Sediada em Londres, a BNDES *Limited*, em fase pré-operacional, busca ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras.

O BNDES oferece produtos e serviços a empresas de todos os portes estabelecidas no Brasil e dos mais diversos setores da economia. A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo Brasil, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES na alocação de recursos garante maior retorno ao desenvolvimento do Brasil ao contribuir para a expansão da produção nacional de bens e serviços e da oferta de postos de trabalho e para o desenvolvimento do mercado de capitais, e ao incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Assim, o BNDES reforça o compromisso histórico com o desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, em sintonia com os desafios mais urgentes da dinâmica social e econômica contemporânea.

PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DE 2012

Prêmio Alíde Verde

Premiação concedida pela Associação Latino-americana das Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE) de melhores práticas ambientais da região, ao qual concorreu com o Índice Carbono Eficiente.

BNDES 60 anos

No dia 20 de junho de 2012, o BNDES completou 60 anos. Para comemorar a data, foi realizada uma série de eventos e seminários de abrangência internacional, que resgataram sua história e contribuíram para a discussão da temática do desenvolvimento no Brasil e no mundo.

Top of Mind RH

Eleição do BNDES entre os cinco finalistas para o Prêmio *Top of Mind* Estadão RH 2012, na categoria Programas de Retenção de Talentos.

Prêmio "Os mais importantes no varejo 2012"

O BNDES foi um dos três vencedores do prêmio, na categoria Apoio à Capacitação do Pequeno e Médio Varejo – Financiamento, pelo apoio ao setor por meio do Cartão BNDES.

Ranking "As 250 Maiores Holdings"

A BNDESPAR foi a 10ª colocada no ranking do setor financeiro da edição 2012 da revista Valor 1000, publicação organizada pelo Valor Econômico, que reúne as empresas com melhor desempenho em 25 setores das cinco regiões do País.

Ferramenta "Mais BNDES"

O "Mais BNDES" é uma ferramenta no site para beneficiar principalmente micro, pequenos e médios empresários, que enfrentam dificuldades na hora de buscar informações sobre os produtos, linhas, programas e fundos disponíveis.

CUSTO DOS FINANCIAMENTOS

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, tipo de operação, natureza e região, e é composta:

Operações Diretas: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

Operações Indiretas: Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes destes recursos (FAT, Tesouro Nacional, Organismos Multilaterais, dentre outros). Os principais custos de captação do BNDES estão associados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), ao Dólar norte-americano e à Cesta de Moedas (UMBDES) e, em menor escala, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e à Taxa Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a LIBOR acrescida da variação do dólar norte-americano ou a Taxa de Juros Fixa Pré-Embarque (TJFPE) acrescida da variação do Dólar norte-americano.

Para operações com empresas cujo controle seja exercido, direta ou indiretamente, por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, destinadas a investimentos em setores de atividades econômicas não enumerados pelo Decreto No. 2.233/97, o custo financeiro será a Cesta de Moedas.

A **remuneração do BNDES** varia conforme Produto, Linha de Financiamento, Programa ou Fundo e tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 4,18% a.a.¹, de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa a cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas, a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das instituições financeiras credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas instituições financeiras credenciadas, e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

FONTES DE RECURSOS

Como principal agente financiador de crédito de longo prazo no Brasil, o BNDES demanda recursos adequados para composição de seu *funding*. As particularidades da oferta doméstica de crédito no País, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A principal solução se deu por via legislativa: a Constituição Federal de 1988 criou fonte estável de recursos para o BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, resultante basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. De acordo com a Constituição Federal, 60% das contribuições ao Fundo PIS-PASEP devem ser destinados ao custeio do seguro-desemprego e do abono salarial e, no mínimo, 40% à aplicação em programas de desenvolvimento econômico conduzidos pelo BNDES.

Até 2008, o FAT representava a principal fonte de recursos do BNDES. No entanto, devido às significativas captações do Tesouro Nacional desde então, o Tesouro Nacional passou a representar a principal fonte de recursos do BNDES. Abaixo seguem as captações do FAT e do Tesouro Nacional entre 2008 e 2012.

	R\$ milhões				
Captações	2008	2009	2010	2011	2012
Tesouro Nacional	22.500	105.000	107.052	50.246	55.000
FAT ¹	11.838	10.127	12.250	15.434	17.042
Total TN/FAT	34.338	115.127	119.282	65.680	72.042

¹ Recursos do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais

Em 2012 foram captados R\$ 55 bilhões do Tesouro Nacional referentes à linha de crédito de R\$ 100 bilhões criada pela Lei 12.453, de 21/7/11, não restando mais recursos a serem captados no âmbito dessa Lei. Do total captado do FAT, R\$ 15.061 milhões se referem ao FAT Constitucional. Juntos, FAT e Tesouro Nacional representavam 75,2% do passivo total do Sistema BNDES em 31/12/12.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional, seja através de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, seja com a emissão de bonds, recursos captados no mercado interno, através da emissão de debêntures pela BNDESPAR, recursos captados via Fundos Institucionais, como FMM (Fundo da Marinha Mercante), FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), dentre outros.

DESEMPENHO OPERACIONAL DESEMBOLSOS – EXERCÍCIO DE 2012*

* (NÃO INCLUI DESEMBOLSOS AO MERCADO SECUNDÁRIO)

Os desembolsos do BNDES somaram R\$ 156,0 bilhões em 2012, com crescimento de 12% na comparação com o ano anterior. O bom desempenho em 2012 é resultado, em grande parte, do conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para estimular o crescimento dos investimentos no País, tanto do setor público quando do privado.

¹ Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 30/6/13.

No setor público, tiveram bom desempenho programas como o BNDES Estados, Proinveste e Propae, que financiam investimentos do setor público das unidades federativas e desembolsaram, no ano passado, R\$ 11 bilhões.

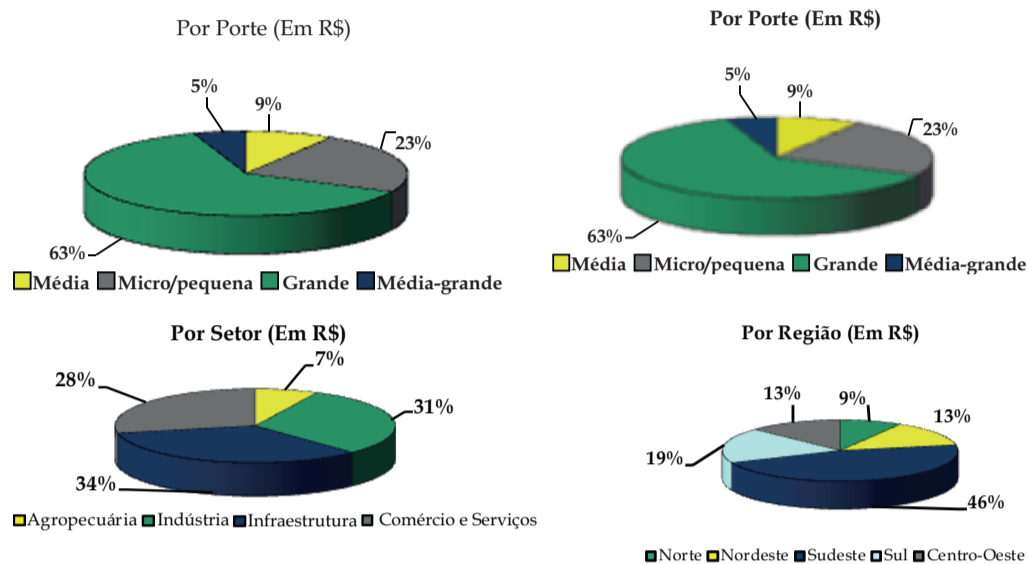
Da mesma forma, o Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), com taxas de juros baixas, liberou R\$ 44 bilhões, com a realização de quase 150 mil operações de financiamento ao setor produtivo, sobretudo no segmento de máquinas e equipamentos. O elevado volume de desembolsos no âmbito do BNDES PSI foi impulsionado pela redução das taxas de juros no fim do ano. Do total liberado, 57% foi para micro, pequenas e médias empresas.

O volume de recursos liberados para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), R\$ 50,1 bilhões, foi o maior da história do Banco e representou 32% do total liberado em 2012, contribuindo para a democratização do crédito e geração de emprego e renda. Foram realizadas 990 mil operações com MPMEs, o equivalente a 96% do total. Somente o Cartão BNDES liberou, em 2012, R\$ 9,5 bilhões, com alta de 26% e 707 mil operações.

Os setores de Indústria e de Infraestrutura absorveram, juntos, 65% (R\$ 100 bilhões em termos absolutos) do total desembolsado em 2012. Na Infraestrutura, os líderes foram os segmentos de energia elétrica (com R\$ 18,9 bilhões desembolsados) e transporte rodoviário (R\$ 15,5 bilhões). Química e petroquímica (R\$ 8,5 bilhões) e material de transporte (R\$ 7 bilhões) foram destaques nas liberações da Indústria.

O setor de Comércio e Serviços, por sua vez, manteve, ao longo de 2012, trajetória firme de crescimento na carteira de financiamentos e fechou 2012 com desembolsos de R\$ 44 bilhões, 28% do total.

A descentralização do crédito é observada também na distribuição regional dos desembolsos: o maior destaque foi o crescimento de 23% nos desembolsos para a região Norte, que atingiram R\$ 13,3 bilhões. Já a região Nordeste recebeu R\$ 21 bilhões, 12% mais do que em 2011.



FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da chamada economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, assim como a Matriz Insumo-Produto. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume de emprego relacionado às intervenções de modo a viabilizá-las.

O volume de emprego estimado pode ser decomposto em três tipos:

- emprego direto – ocorre no setor que tem sua demanda final aquecida, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e nos serviços prestados às empresas;
- emprego indireto – postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelo aumento de demanda; e
- emprego efeito-renda – postos de trabalho que surgem a partir do gasto de parte da renda dos empregados diretos e indiretos em consumo, principalmente em setores produtores de bens-salário (alimentação, vestuário, serviços prestados às famílias, etc).

As estimativas realizadas com base no MGE são apresentadas na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Emprego Gerado ou Mantido por Investimentos Apoiados pelo BNDES
Valores acumulados no ano (investimento em R\$ milhões e emprego em milhares)

Período	Desembolso	Investimento Total ¹	Emprego			Total
			Direto	Indireto	Efeito-renda	
1S/2011	55.596	119.829	476,7	435,6	954,6	1.867,0
2011	138.873	322.652	1.299,2	1.115,4	2.428,4	4.843,0
1S/2012	53.539	113.471	423,8	391,9	873,6	1.689,3
2012	155.992	338.006	1.272,5	1.134,8	2.626,0	5.033,3

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

Autoria: BNDES, RJ, 2013.

¹ Consiste em uma estimativa proporcional aos desembolsos efetuados no período, correspondente à soma dos desembolsos do BNDES mais as contrapartidas dos mutuários.

Em 2012, os desembolsos do BNDES somaram cerca de R\$ 156 bilhões, que estiveram atrelados a investimentos totais de R\$ 338 bilhões (entendidos como o valor do apoio do BNDES mais as contrapartidas dos empresários). O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de aproximadamente 5 milhões. O crescimento de 3,9% desse indicador em relação a 2011 reflete um maior volume de recursos destinados a projetos de investimentos e é em grande parte explicado pelo forte desempenho do segundo semestre de 2012.

Em relação à composição por tipo de emprego, 2012 apresentou resultados muito similares ao ano anterior, com cerca de 52% representados por empregos advindos do efeito-renda, 25% por empregos diretos e 23% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia também se manteve estável em cerca de 23, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados também não sofreu alterações significativas¹.

¹ A relação emprego por R\$ milhão é obtida levando-se em consideração o volume de recursos que efetivamente entram no cálculo do MGE, pois se considera que parte do apoio do BNDES não gera emprego na fase de implantação dos investimentos, como importação de equipamentos e capital de giro desassociado a projetos de investimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1) Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado	R\$ milhões, exceto percentuais					
	2012	2011	Evolução (%)	4T/12	4T/11	Evolução (%)
Resultado com Operações Financeiras	11.907	6.488	83,5	4.999	2.184	128,9
Resultado com Participações Societárias (RPS)	2.644	6.962	(62,0)	67	1.562	(95,7)
Provisão para Risco de Crédito	(330)	717	(146,0)	87	(898)	(109,7)
Outras Despesas, líquidas	(3.164)	(2.223)	42,3	(1.027)	(815)	26,0
Tributação sobre o Lucro	(2.874)	(2.896)	(0,8)	(728)	(851)	(14,5)
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	8.183	9.048	(9,6)	3.398	1.182	187,5
Balanco Patrimonial	dez/12	dez/11	Evolução (%)	dez/12	jun/12	Evolução (%)
Ativo Total (AT)	715.486	624.827	14,5	715.486	650.683	10,0
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	10.280	5.372	91,4	10.280	7.158	43,6
Participações Societárias	94.391	99.601	(5,2)	94.391	90.769	4,0
Sociedades Não Coligadas	79.880	82.427	(3,1)	79.880	73.357	8,9
Sociedades Coligadas	14.369	17.031	(15,6)	14.369	17.270	(16,8)
Outros Investimentos	142	143	(0,7)	142	142	0,0
Outros Títulos e Valores Mobiliários	86.466	73.939	16,9	86.466	89.216	(3,1)
Operações de Créditos e Repasses ^{1/}	492.148	425.518	15,7	492.148	441.707	11,4
Outros Ativos	32.201	20.397	57,9	32.201	21.833	47,5
Empréstimos e Repasses	591.585	506.345	16,8	591.585	544.768	8,6
Captações no Mercado	21.312	7.808	173,0	21.312	-	-
Tributos Diferidos	8.794	9.899	(11,2)	8.794	8.554	2,8
Outras Obrigações	41.626	39.763	4,7	41.626	41.379	0,6
Patrimônio Líquido (PL)	52.169	61.012	(14,5)	52.169	55.982	(6,8)
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	7,3%	9,8%	(2,5)	7,3%	8,6%	(15,3)
Capitalização	dez/12	dez/11		dez/12	jun/12	
Índice de Basileia	15,4%	20,6%		15,4%	18,5%	
Imobilização	16,0%	0,4%		16,0%	17,0%	
Índices Financeiros (%)	dez/12	dez/11		dez/12	jun/12	
Inadimplência / Carteira Total ^{1/}	0,06%	0,14%		0,06%	0,12%	
PDD / Carteira Total ^{1/2/}	0,71%	0,85%		0,71%	0,81%	
Índice de Cobertura ^{1/2/}	12,8	6,2		12,8	6,6	
Rentabilidade	2012	2011		4T/12	4T/11	
Retorno s/ Ativos (LL/AT _{méd}) ^{3/}	1,26%	1,6%		0,51%	0,20%	
Retorno s/ PL (LL/PL _{méd}) ^{4/}	18,78%	21,9%		8,15%	2,61%	
Retorno s/ Participações Societárias (RPS/PS _{méd}) ^{5/}	3,38%	9,9%		0,09%	2,03%	

^{1/} Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros.

^{2/} Provisão / Créditos Inadimplentes

disponíveis para venda, avaliada ao valor justo. Para a carteira de coligadas, o valor recuperável foi apurado pela diferença entre o valor em uso (baseado no valor presente de fluxos de caixa futuros) do ativo analisado e o seu valor contábil. Para a carteira de não coligadas, o valor recuperável foi apurado com base no valor de mercado das ações.

O resultado com derivativos também apresentou redução, de R\$ 525 milhões, refletindo a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos, os quais são divididos em dois grupos: derivativos isolados vinculados a participações societárias e derivativos embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

Em relação à provisão para risco de crédito, a receita registrada em 2011 foi impulsionada por recuperações de crédito de R\$ 881 milhões que não se repetiram em 2012.

O aumento das outras despesas, líquidas foi determinado por maiores despesas com atualização monetária de dividendos, de R\$ 496 milhões em 2012 ante R\$ 198 milhões em 2011, em consequência do pagamento de dividendos complementares sobre os lucros de 2010 e 2011 à União.

3) Posição Financeira e Patrimonial

O crescimento do Ativo Total do Sistema BNDES nos últimos anos deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo, notadamente do Tesouro Nacional. Em 31/12/12, o Ativo Total atingiu R\$ 715.486 milhões, refletindo crescimento de R\$ 90.659 milhões (14,5%) em relação 31/12/11, decorrente, em grande parte, do aumento de R\$ 66.630 milhões (15,7%) da carteira de operações de créditos e repasses líquida de provisão para risco de crédito.

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES compreende investimentos em: (i) sociedades não coligadas, avaliadas a valor justo; (ii) sociedades coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial; e (iii) outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição. A carteira de participações societárias encerrou o exercício de 2012 em R\$ 94.391 milhões, o que representa uma queda de R\$ 5.210 milhões (5,2%) em relação à 31/12/11 em decorrência do reconhecimento de ajuste a valor justo negativo, no valor de R\$ 7.704 milhões, nos investimentos em empresas não coligadas, reflexo da desvalorização de algumas participações societárias, especialmente Petrobras e Eletrobras. A redução do valor justo reflete o momento instável do mercado de capitais, podendo se recuperar no futuro. Porém, tendo em vista o caráter de longo prazo desta carteira, eventual perda (ou ganho) só se torna efetiva quando da realização do ativo, normalmente por venda. Em 2012, o resultado bruto com alienação foi um ganho de R\$ 1.718 milhões, o que reflete a boa gestão da carteira de participações societárias. Em 31/12/12, o valor justo da carteira de participações societárias em não coligadas do Sistema BNDES superava o custo de aquisição em R\$ 12.042 milhões (17,8%).

Em 31/12/12, do total de R\$ 86.466 milhões da carteira de outros títulos e valores mobiliários, 71,2% correspondiam a títulos públicos federais e 20,8%, a debêntures. O aumento de R\$ 12.527 milhões (16,9%) em 2012 resultou da captação de R\$ 55.000 milhões, sob a forma de títulos públicos, do Tesouro Nacional, parcialmente monetizados para execução do orçamento de desembolsos.

A carteira de operações de créditos e repasses, líquida da provisão para risco de crédito, corresponde a 68,8% do Ativo Total em 31/12/12, tendo apresentado crescimento de R\$ 66.630 milhões (15,7%) em relação a 31/12/11. Do total da carteira líquida, 52% estão representados por operações de crédito e 48%, por repasses interfinanceiros.

O crescimento da carteira de operações de crédito e repasses em 2012 foi impulsionado, em sua maior parte, pelo aumento de R\$ 54.820 milhões (15,4%) da carteira em moeda nacional, suportado pelas liberações no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), e pela valorização de 8,9% do Dólar norte-americano em 2012, o que contribuiu para o crescimento de R\$ 11.683 milhões (15,7%) da carteira em moeda estrangeira.

Conforme Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de créditos e repasses do BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31/12/12, do total da carteira, 99,1% estava concentrada nos níveis de risco AA a C, considerados de baixo risco. Essa posição é superior à média de 92,4% do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 31/12/12. Vide quadro abaixo.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN ^{1,2,3}	Instituições Financeiras Privadas ^{2,3}	Instituições Financeiras Públicas ^{2,3}
AA - C	99,1%	92,4%	90,5%	94,5%
D - G	0,8%	4,5%	5,6%	3,2%
H	0,1%	3,1%	3,9%	2,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

¹ Sistema Financeiro Nacional

² Dados preliminares

³ Fonte: BACEN

Os créditos inadimplentes somaram R\$ 276 milhões em 31/12/12, uma redução de R\$ 312 milhões (53,1%) em relação a 2011. Correspondiam a 0,06% da carteira bruta total na mesma data, dos quais 84,2% não representam riscos para o resultado do BNDES uma vez que já se encontram 100% provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 3.524 milhões, correspondeu a 12,8 vezes o total dos créditos inadimplentes em 31/12/12.

O aumento de R\$ 11.804 milhões (57,9%) do saldo de outros ativos é oriundo dos direitos de crédito contra Itaipu Binacional, no valor de R\$ 6.002 milhões, adquiridos em operação de permuta de ativos com a União nos termos da Medida Provisória nº 600, de 28/12/12. A existência do crédito e sua liquidação é garantida incondicionalmente pela União.

Quanto à captação de recursos, destacam-se os empréstimos e repasses do Tesouro Nacional (TN) e do FAT, que representavam 52,6% e 22,6%, respectivamente, das fontes de recursos em 31/12/12.

As obrigações com o TN somavam R\$ 376.042 milhões em 31/12/12. O crescimento de R\$ 65.268 milhões (21,0%) em 2012 reflete a captação de R\$ 55,0 bilhões sob o amparo da Lei nº 12.453/11 que, alterada pela Lei nº 12.712, de 30/8/12, garantiu mais R\$ 45 bilhões de recursos do TN ao BNDES. Não restam mais recursos a serem captados sob o amparo da Lei nº 12.453.

Os recursos do FAT totalizaram R\$ 161.858 milhões em 31/12/12, um crescimento de R\$ 15.593 milhões (10,7%) em 2012 impulsionado pela captação de R\$ 17.041 milhões. Do total captado, R\$ 15.061 milhões (88,4%) se referem a recursos do FAT Constitucional, para os quais não é exigido pagamento de principal, salvo em casos excepcionais previstos pela Constituição Federal. A amortização de principal dos recursos do FAT Depósitos Especiais é definida nos contratos entre o BNDES e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES possui outras importantes fontes de recursos na composição de seu funding, como:

- Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo PIS-PAISEP;
- captações no mercado externo, notadamente mediante empréstimos de organismos multilaterais e emissão de bonds;
- emissão de debêntures;
- operações compromissadas.

Em 31/12/12, essas fontes totalizaram R\$ 86.482 milhões, o equivalente a 12,1% das fontes de recursos do BNDES.

Em abril de 2012 a BNDESPAR concluiu sua 6ª Emissão de Debêntures no âmbito da 2ª Oferta do 3º Programa de Distribuição de debêntures, na qual foram ofertadas dois milhões de debêntures simples e quirográficas, num total de R\$ 2,0 bilhões. A emissão foi em três séries: 1ª série (prefixada), 2ª série (taxa flutuante trimestral) e 3ª série (ICPA), sendo que a 1ª e a 2ª séries tem vencimento em 1/7/16 e a 3ª, em 15/5/19.

O Patrimônio Líquido apresentou redução de R\$ 8.843 milhões (14,5%) em 2012 devido a: (a) pagamento de dividendos complementares, relativos aos exercícios de 2010 e 2011, no valor de R\$ 7.847 milhões; e (b) antecipação de dividendos sobre o lucro de 2012, no valor de R\$ 4.553 milhões; e (c) ajuste a valor justo, líquido dos efeitos tributários, negativo em R\$ 3.690 milhões - a contra-partida do ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como "Disponíveis para venda" (ações, debêntures e títulos públicos) é a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. O lucro líquido de R\$ 8.183 milhões em 2012 atenuou esses efeitos negativos.

Em relação aos limites operacionais, o Índice de Basileia ficou em 15,4% em 31/12/12 (20,6% em 31/12/11), acima do nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. Vide seção III "Gestão de Riscos e Controles Internos". Na mesma data, o Índice de Imobilização encerrou em 34,0%, aumento significativo diante do 0,4% apurado em 31/12/11. Esse aumento reflete os efeitos da Resolução CMN nº 4.089/12, que limitou a exclusão de investimentos para fins de cálculo do índice. Até a emissão dessa Resolução, ao BNDES era permitido excluir do cálculo do índice todos os investimentos compatíveis com seu objeto social, o que deixava o BNDES em uma situação mais confortável. Com a entrada em vigor da Resolução, apenas os investimentos em empresas dos setores petrolífero, elétrico e de mineração podem ser excluídos do cálculo do índice. Ainda assim, o BNDES encerrou 2012 enquadrado em todos os limites prudenciais.

III. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do BNDES é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelos Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos, e pela Área de Gestão de Riscos.

A Área de Gestão de Riscos subsidia a Alta Administração por meio de: relatórios e informes relativos à gestão de riscos; proposição de diretrizes gerais consolidadas nas políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos; monitoramento dos limites de exposição regulamentares internos e externos; e emissão de parecer técnico quanto a propostas que contemplem alterações de processos, regras e parâmetros que denotem mudança dos níveis de riscos vigentes.

• Controles Internos

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da instituição, desenhados para mitigar riscos e prover razoável segurança de que os objetivos de conformidade, desempenho e informação disponível e confiável sejam atingidos.

Dentre as atividades de 2012, cabe destacar: a implantação do projeto de monitoramento contínuo de controles internos, que se baseia no desenvolvimento de testes automatizados para verificar continuamente a conformidade de alguns pontos críticos nos processos do Banco; a aplicação experimental da metodologia de trabalho dos Agentes de Conformidade, que atuam em suas respectivas unidades como ponto de contato para assuntos relacionados a controles internos e conformidade; e o processo de implementação de sistema de informação para apoio à gestão de controles internos.

• Risco Operacional

O BNDES realiza atividades de identificação e avaliação de riscos operacionais em processos e em novos produtos, bem como atividades voltadas para as perdas operacionais que decorrem da materialização do risco. Está em fase de implementação a ferramenta que será responsável pelos registros das atividades de identificação e avaliação de riscos, assim como o software que irá apoiar a modelagem e os cálculos da necessidade de capital para fazer frente ao risco operacional.

Adicionalmente, encontra-se em andamento o projeto de implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES, com o apoio e consultoria externa, concebido para aprimorar a atuação e a capacidade de superar problemas e adversidades que representem ameaças à continuidade das operações. Em 2012, foi iniciada a análise de impacto no negócio no âmbito do referido projeto, que permitiu identificar os processos com urgência de recuperação.

• Risco de Mercado e Liquidez

O BNDES faz a gestão das parcelas de capital regulamentar relativas ao risco de mercado exigidas pelo órgão regulador, por meio de um sistema integrado capaz de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado de forma automática. O BNDES também apura, para fins gerenciais, limites internos relacionados aos descasamentos por fator de risco de mercado e o valor das parcelas de capital correspondente a métodos avançados de Basileia (modelos internos).

Durante o ano de 2012, o processo de gestão foi aprimorado com a elaboração de indicadores gerenciais de risco de mercado e novos indicadores de liquidez, de curto e longo prazo, em linha com as orientações propostas no Acordo de Basileia III.

• Risco de Crédito

O BNDES apura a parcela de capital regulamentar para toda a carteira de créditos da instituição e demais ativos, reportando estas informações mensalmente ao Banco Central do Brasil. Adicionalmente, elabora estimativas próprias para os diferentes componentes de risco de sua carteira, com vistas a avaliar o capital econômico necessário à cobertura de eventuais perdas financeiras esperadas e não esperadas. Também são monitorados limites regulamentares internos e externos, a exemplo do limite de exposições por grupo econômico e setor de atividade, e indicadores gerenciais diversos.

Ao longo de 2012, o Banco deu continuidade ao processo de implementação de um aplicativo de mercado destinado ao gerenciamento de risco de crédito, que se encontra em fase de testes em produção. Adicionalmente, de forma a prover insumos ao processo de apraqueamento das operações de crédito e à avaliação das estratégias institucionais conduzidas por meio da criação de programas específicos, foi iniciado o estudo relacionado aos indicadores de desempenho ajustados a risco das linhas e programas do BNDES, com base no cálculo da rentabilidade efetiva dos contratos de financiamento.

• Gestão de Risco em Números

Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, o índice de Basileia apresentou redução, passando de 20,6% para 15,4%. O resultado está associado tanto à queda, da ordem de R\$ 9,5 bilhões, do Patrimônio de Referência – PR do Consolidado, quanto ao aumento no Patrimônio de Referência Exigido – PRE, no valor de R\$ 11,1 bilhões.

A redução do PR reflete, sobretudo, a reversão de reservas estatutárias para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e as variações negativas de Ajuste a Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros.

No que tange ao PRE, observou-se no período a elevação de todas as parcelas de risco apuradas, com destaque para o aumento no risco de crédito, associado ao crescimento da carteira de crédito. O maior risco de mercado, por sua vez, decorreu de mudanças nos parâmetros estabelecidos pelo BACEN para cálculo dos riscos de taxa de juros e de câmbio. A parcela referente ao risco operacional apresentou alta devido ao crescimento do resultado de intermediação financeira e de participações em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Recursos próprios e Basileia (R\$ milhões)	2009	2010	2011	2012
Patrimônio de Referência - PR	54.001	83.108	99.084	89.599
= Capital Nível I	31.537	41.770	51.849	48.633
(+) Capital Nível II	23.977	41.770	48.044	41.176
(-) Deduções do PR	1.513	431	809	211
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	34.024	49.049	52.917	64.044
= Risco de Crédito	33.359	48.192	51.898	59.211
(+) Risco de Mercado	102	95	72	2.978
(+) Risco Operacional	562	762	947	1.855
Índice de Basileia =(PRx0,11)/PRE	17,6%	18,6%	20,6%	15,4%

IV. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A adoção de práticas de governança corporativa baseadas nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas pelo BNDES visa a otimização de seu desempenho ao proteger seu acionista único, o Governo Federal e as outras partes interessadas (stakeholders) como empregados, credores, trabalhadores, e a sociedade em geral, e ao facilitar o acesso ao financiamento de capital.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão de orientação superior, o Conselho de Administração é composto por:

- dez membros, entre eles o Presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho; e
- um representante dos empregados do BNDES, em conjunto com um suplente, escolhidos dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, na forma da legislação aplicável.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente delibera com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições: *i)* opinar, quando solicitado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do País e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES; *ii)* aconselhar o Presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do BNDES e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do BNDES; e *iii)* examinar e aprovar, por proposta do Presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal.

COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsão estatutária e regulamentar e em linha com as orientações do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o BNDES conta com um Comitê de Auditoria, que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração. Pode ser composto por até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, estão: *i)* recomendar à administração a auditoria independente a ser contratada; *ii)* revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; *iii)* avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; *iv)* recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e *v)* elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo Presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

OUVIDORIA

A Ouvidoria atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

Contribui para o aperfeiçoamento do processo democrático agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa ao interpretar os anseios do cidadão em relação ao BNDES, recebidos por meio de sugestões, denúncias e reclamações e outras manifestações não solucionadas através dos canais de atendimento "Fale Conosco" ou "Atendimento da Área de Operações Indiretas".

GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculada à Presidência do BNDES, nos termos do Código de Ética do BNDES e do seu Regimento Interno, além da legislação externa aplicável.

O Código de Ética do Sistema BNDES é o regulamento que orienta o trabalho desenvolvido na gestão da ética, conduzido através da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e aperfeiçoamento de normas e na apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2012 foi realizado pelo BNDES o VIII Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais sob o título "Só há desenvolvimento com Ética", no qual foram desenvolvidos painéis sobre: "Política, Poder e Ética nas Empresas Estatais"; "Ética da Inclusão"; "Desenvolvimento com Preservação do Meio Ambiente"; "Ética do Relacionamento: Público Interno e Público Externo"; "Educação e Ética" e palestras sobre "Promoção da Diversidade e dos Direitos Humanos" e "Cultura e a Ética do Povo Brasileiro". O evento teve público de aproximadamente 500 pessoas.

Além de organizar o VIII Seminário Anual de Gestão da Ética na Empresas Estatais e participar do Seminário "Ética na Gestão: Ética, Cultura e Reforma Política", promovido pela Comissão de Ética Pública (CEP/PPR) do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, a CET/BNDES participou do Fórum de Ética e Segurança da Informação, organizado pela DATAPREV, neste último também participou do evento o responsável pela Gerência de Segurança da Informação do BNDES.

Em 2012 foram abertos 69 Procedimentos Preliminares - PP, sendo 51 consultas, 12 denúncias e 6 outras demandas. Há 1 denúncia em fase preliminar e todas as demais demandas foram finalizadas. As denúncias que foram apuradas resultaram em: 4 Acordos de Conduta Pessoal e Profissional - ACP, 4 Orientações, 2 arquivamentos e 1 Processo de Apuração Ética - PAE.

Além do processo mencionado, aberto em 2012, tramitam na Comissão de Ética 3 processos abertos em anos anteriores, dos quais 2 foram concluídos, resultando no arquivamento de um e na aplicação de pena de censura no outro; o terceiro está em fase final.

A seguir, apresenta-se o quadro síntese dos temas abordados nos Procedimentos Preliminares em 2012:

Temas	Ocorrência
Atividades Paralelas / Docência / Conflito de Interesses	34
Relacionamento Interno ou Externo (Desrespeito Profissional e Pessoal/Conflito Interpessoal)	16
Presentes e Brindes	06
Valores Mobiliários	06
Outros	07
Total	69

Em 2012 foram realizadas 6 palestras, 3 no âmbito do Programa Integração dirigida aos novos empregados e 3 palestras para consolidação dos valores éticos do BNDES, com o apoio da Fundação Dom Cabral, direcionadas aos executivos da instituição.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET integra os Grupos de Trabalho do Programa Pró-Equidade de Gênero e de Assédio Moral.

V. COMUNICAÇÃO EXTERNA

O BNDES, visando atender às diferentes necessidades de informação da sociedade e de seus clientes sobre a sua atuação e as formas de apoio financeiro oferecidas, dispõe de diversos canais de contato, conforme listados a seguir:

• Central de Atendimento do BNDES

Em 15 de outubro de 2012, entrou em operação a nova Central de Atendimento, apoiada por uma empresa contratada, Telco do Brasil Call Center Ltda., que conta com funcionários treinados por empregados do BNDES, e dedicados exclusivamente a esta operação. A Central utiliza também um sistema de gestão de atendimentos, o que proporciona uma maior eficiência no relacionamento com o público externo.

Este novo modelo de atendimento proporciona maior acessibilidade aos clientes através de um canal único de contato, o 0800.70.26337. As demandas recebidas via Internet, através do Fale Conosco, também são cadastradas no sistema, consolidando os contatos recebidos e possibilitando um enfoque estratégico no relacionamento com as partes interessadas.

A Central de Atendimento também recebe as ligações realizadas para o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Ouvidoria, oferecendo-as um tratamento diferenciado.

No período de 15.10.12 a 31.12.12 foram prestados 190.500 atendimentos ao público externo, sendo 80% por tele-atendimento e 20% através de mensagens eletrônicas.

• Atendimento Presencial

Permite um diálogo direcionado às necessidades dos clientes em potencial do BNDES, de qualquer porte ou setor, através da sua recepção e orientação, nas unidades do BNDES em Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2012, foram realizados cerca de 1.270 atendimentos presenciais. O perfil padrão de atendimentos, neste período, foi de micro e pequenos empresários, representando aproximadamente 70% do público total.

• Palestras "O BNDES Mais Perto de Você"

Ciclo de palestras com o objetivo de divulgar, em todas as regiões do País, as formas de financiamento mais adequadas ao perfil de micro, pequenas e médias empresas brasileiras.

Em 2012, foram realizadas 18 palestras, atingindo um público total de 3.235 presentes em 14 diferentes Estados.

• Palestras Institucionais

O BNDES tem sido cada vez mais procurado por instituições de ensino e delegações, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras institucionais, em função do crescente interesse global na economia brasileira e no papel do Banco como um dos principais atores neste contexto.

Em 2012, a equipe de atendimento participou de 33 apresentações institucionais - em português, inglês e espanhol - para um público total de 958 pessoas.

• Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES

Em funcionamento desde 16.05.12, quando entrou em vigor a Lei de Acesso à Informação, o Serviço de Informação ao Cidadão é o núcleo responsável por atender e orientar o público quanto ao acesso à informação pública, oferecendo atendimento através dos seguintes canais: presencial (no Rio de Janeiro), telefônico (21 2172-7000), correspondência, e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-sic (www.acessoainformacao.gov.br/sistema/).

No sítio do BNDES foi criado um ambiente específico com dados sobre informações consideradas fundamentais dentro dos conceitos atuais de transparência ativa, tais como: licitações, contratos, auditorias, convênios, recursos humanos e despesas.

A Lei prevê a possibilidade do cidadão recorrer, quando não concordar com uma resposta recebida. Para deliberar sobre os recursos apresentados, o BNDES constituiu o Comitê de Recursos - Lei de Acesso à Informação, coordenado pelo Chefe da Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência e composto por representantes da Presidência, da Vice Presidência e das seis Diretorias do Banco.

No período de 16.05.12 a 31.12.12, o BNDES recebeu, através do SIC, 472 demandas e 37 recursos que foram respondidos dentro dos prazos legais.

• Sítio do BNDES e presença nas Redes Sociais

O sítio do BNDES recebeu, em 2012, uma audiência mensal média de 247 mil visitantes únicos. Este número representa um aumento de, aproximadamente, 11% em relação ao ano anterior. O aumento da audiência do sítio é reflexo do maior destaque do BNDES junto à sociedade.

Para dimensionar e classificar as manifestações sobre o BNDES na web, foram implementadas medidas para aumentar a participação do Banco nas redes sociais. Foram incrementados os perfis no Twitter (@bndes_imprensa) e no Slideshare (http://slideshare.net/bndes), e lançado, ao final novembro de 2012, um canal no YouTube, destinado a divulgar vídeos institucionais, campanhas publicitárias e pequenos programas explicativos sobre os produtos e serviços do BNDES.

VI. RECURSOS HUMANOS

Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de seleção pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional precisa ser autorizada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. A Portaria nº 9, de abril de 2010, fixou o limite de pessoal do BNDES em 2.840 empregados, sendo complementada pela Portaria nº 16, de abril de 2011, que permitiu a readmissão extraordinária de 93 empregados sob a condição de anistiados.

O BNDES encerrou 2012 com 2.853 empregados, um aumento de aproximadamente 4,2% em relação a 31 de dezembro de 2011. Historicamente, o BNDES apresenta baixas taxas de rotatividade, devido à sua política remuneratória e ao seu ótimo ambiente de trabalho. Somente 3,6% dos empregados desligaram-se em 2012, sendo a maioria em decorrência de aposentaria.

• Gestão Estratégica de Pessoas

O Planejamento Corporativo 2013-2015 reafirmou a continuidade do programa GEP, composto pelos projetos de Educação Corporativa, Gestão de Carreira e Gestão de Desempenho, todos fundamentados no conceito de administração por competências.

Um plano de desenvolvimento profissional e outro

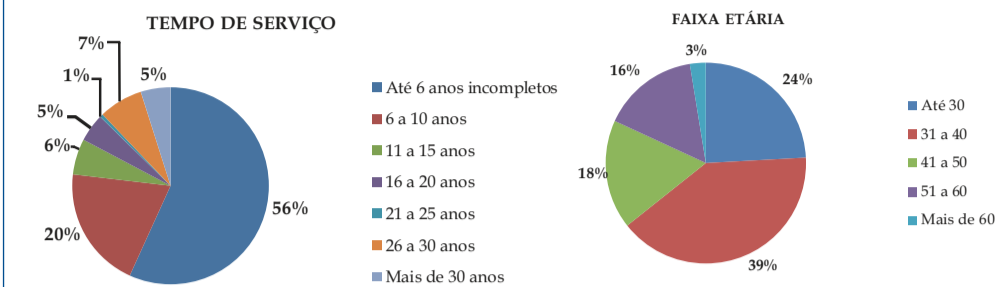
Por fim, um modelo de educação corporativa foi desenhado este ano com vistas a um processo contínuo de aprendizagem, criação e difusão do conhecimento no ambiente de trabalho.

Aprendizado e Conhecimento

A política institucional de desenvolvimento e treinamento seguiu de forma intensificada em 2012. Incentivos tradicionais a cursos de idiomas e outros cursos no Brasil e no exterior contabilizaram cerca de 43 horas de treinamento por empregado de nível superior.

Em dezembro de 2012 foi encerrado o Programa de Desligamento Planejado (PDP), com a adesão de 774 empregados, que possibilitou ao BNDES promover uma renovação em seu quadro de pessoal, mediante ações programadas de transmissão do conhecimento com vistas à manutenção da excelência como valor primordial da instituição.

Os gráficos a seguir demonstram a atual distribuição dos empregados por faixa etária e por tempo de serviço, reflexo da renovação promovida pelo PDP.



Atuação Social

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários utiliza um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 224 vagas. O Programa, além da bolsa-auxílio, oferece, também, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

Com carga horária de quatro horas diárias, a duração máxima do estágio é de 720 dias, considerando-se como data limite o término desse prazo ou a data de conclusão do curso.

Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil, que é a falta de experiência profissional.

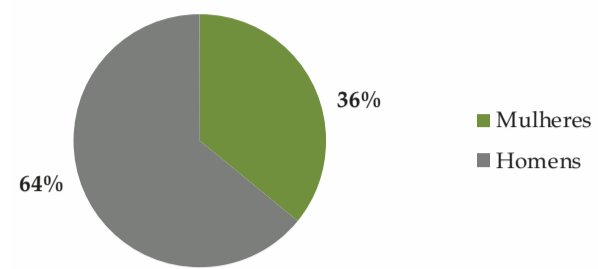
Contratados diretamente por uma fundação responsável por gerir o Programa, os aprendizes devem ter de 15 a 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental. O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos.

No momento o Programa conta com 24 jovens, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópia, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

Valorização da Diversidade

Em aderência ao Código de Ética da instituição, bem como ao programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal, o BNDES vem mantendo desde 2007 um grupo de trabalho responsável por definir um plano de ação que promova a valorização da diversidade humana e contribua para eliminar toda e qualquer forma de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

GÊNERO



As mulheres ocupam 37% das funções gratificadas, sendo este o resultado do esforço do Banco em reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independente de seu gênero.

Tendo recebido o Selo Pró-equidade de Gênero nas duas edições anteriores do programa, o Banco aguarda o resultado de avaliação sobre o cumprimento do seu plano de ação para que seja mantido o reconhecimento na atual edição.

VII. RATING

Standard & Poor's (S&P): na escala global, A- (moeda local) com perspectiva "estável" e BBB (moeda estrangeira) com perspectiva "estável".

Moody's: na escala global, A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa1 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

VIII. CIRCULAR BACEN Nº 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 21,628 milhões, que representam 13,0% do total de títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para risco de crédito, em 31 de dezembro de 2012.

IX. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2.012	2.011	2.012	2.011
ATIVO CIRCULANTE		103.989.917	71.630.739	141.450.798	101.847.004
DISPONIBILIDADES		1.392	1.178	12.639	5.821
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	10.267.857	5.365.875	10.267.857	5.365.875
Aplicações em carteira de câmbio	6.1	59.510	19.745	59.510	19.745
Aplicações em operações compromissadas	6.2	150.514	302.703	150.514	302.703
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	10.057.833	5.043.427	10.057.833	5.043.427
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	20.295.286	18.746.682	24.050.721	19.525.389
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil e CEF	7.3	1.268.286	814.345	3.671.430	1.310.694
Títulos públicos	7.1	18.772.191	17.623.750	18.772.191	17.623.750
Ações	13.1	-	-	5.688	132.946
Debêntures disponíveis para venda	7.5.1	252.595	242.404	1.598.669	246.311
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.225	48.964	2.225	48.964
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(11)	(234)	(11)	(234)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	-	17.453	-	17.453
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	529	145.505
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		38.503.752	20.333.116	69.092.939	47.684.057
Créditos vinculados		31	28	31	28
Repasse interfinanceiros	8	38.573.837	20.371.416	69.325.162	47.859.923
Recursos livres		34.896.581	16.677.423	65.647.906	44.165.930
Recursos PIS/PASEP		3.677.256	3.693.993	3.677.256	3.693.993
Provisão para risco de crédito	8	(70.116)	(38.328)	(232.254)	(175.894)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	30.983.193	23.206.646	32.001.491	24.082.488
Operações de crédito		31.191.460	23.406.781	32.338.843	24.407.531
Recursos livres		29.862.094	21.908.082	31.009.477	22.908.832
Recursos PIS/PASEP		432.609	617.005	432.609	617.005
Recursos Fundo da Marinha Mercante		896.757	881.694	896.757	881.694
Provisão para risco de crédito		(208.267)	(200.135)	(337.352)	(325.043)
OUTROS CRÉDITOS		3.051.260	3.393.607	5.137.974	4.599.739
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	219.030	226.132
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(1.197)	(30.399)
Direitos recebíveis	10	74.977	81.427	83.369	90.774
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(97)	(31)	(191)	(5.214)
Créditos tributários	21.2	305.199	290.569	446.301	369.069
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	21.1	85.158	49.727	549.557	425.131
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9.1	282.623	1.067.723	1.208.731	1.222.809
Devedores por depósito em garantia		148.905	142.136	582.346	573.986
Pagamentos a ressarcir		147.048	-	13.062	-
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.2	1.748.912	1.611.218	1.748.912	1.611.218
Diversos		258.535	150.838	288.054	116.233
OUTROS VALORES E BENS	11	887.177	583.635	887.177	583.635
Outros valores e bens		10.492	9.624	10.492	9.624
Despesas antecipadas		876.685	574.011	876.685	574.011
ATIVO NÃO CIRCULANTE		589.850.280	532.067.585	574.035.058	522.979.918
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		501.841.863	443.226.754	559.374.031	505.650.289
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	66.128.543	49.972.399	142.295.143	136.840.647
Ações e bônus de subscrição	13.1	18.316.738	12.052.401	79.874.223	82.294.266
Debêntures disponíveis para venda	7.5.1	2.217.695	1.258.985	10.591.894	12.097.139
Debêntures mantidas até o vencimento	7.5.2	2.852.317	2.959.005	5.906.015	5.803.129
Provisão para risco de crédito - Debêntures	7.5.2	(10.817)	(3.077)	(77.567)	(67.907)
Títulos públicos	7.1	42.752.466	33.705.085	42.752.466	33.705.085
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	144	-	144	-
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	820.210	884.595
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.4	-	-	2.427.758	2.124.340
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8	200.800.090	196.608.639	166.466.278	159.697.521
Repasse interfinanceiros		201.165.750	196.979.248	167.218.077	160.412.665
Recursos livres		174.145.477	171.661.271	140.197.804	135.094.688
Recursos PIS/PASEP		27.020.273	25.317.977	27.020.273	25.317.977
Provisão para risco de crédito		(365.660)	(370.609)	(751.799)	(715.144)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	218.813.671	188.368.701	224.587.501	194.054.242
Operações de crédito		220.284.521	189.993.200	226.790.273	196.489.583
Recursos livres		208.824.395	180.437.351	215.330.147	186.933.734
Recursos PIS/PASEP		924.761	1.367.471	924.761	1.367.471
Recursos Fundo Marinha Mercante		10.535.365	8.188.378	10.535.365	8.188.378
Provisão para risco de crédito		(1.470.850)	(1.624.499)	(2.202.772)	(2.435.341)
OUTROS CRÉDITOS		16.099.559	8.277.015	26.025.109	15.057.879
Créditos tributários	21.2	3.412.488	1.972.759	5.684.415	2.759.437
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	701.339	1.050.750
Provisão para risco de crédito - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(2.697)	(152.937)
Direitos recebíveis	10	919.888	936.336	1.154.394	958.930
Provisão para risco de crédito - Direitos recebíveis	10	(1.188)	(352)	(3.821)	(12.881)
Créditos perante o Tesouro Nacional	9.3	5.617.536	3.608.287	12.117.321	7.830.901
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	9.1	-	-	-	660.705
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	9.2	6.001.807	1.611.218	6.001.807	1.611.218
Incentivos fiscais		149.028	148.767	372.351	351.756
INVESTIMENTOS	13	87.858.814	88.684.876	14.511.424	17.173.674
Participações em controladas e coligadas	13.2	87.716.617	88.542.679	14.369.227	17.031.477
Participações em outras empresas	13.2	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	13.2	42.197	42.197	42.197	42.197
IMOBILIZADO DE USO		110.846	115.136	110.846	115.136
INTANGÍVEL		38.757	40.819	38.757	40.819
TOTAL DO ATIVO		693.840.197	603.698.324	715.485.856	624.826.922

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2012	2011	2012	2011
PASSIVO CIRCULANTE		41.089.927	22.315.794	44.456.823	24.594.584
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		2.165.154	269	2.165.154	311
Depósitos especiais - FAT	17.2	2.164.885	-	2.164.885	-
Diversos		269	269	269	311
CAPTAÇÕES NO MERCADO		21.312.188	7.808.271	21.312.188	7.808.271
Obrigações por operações compromissadas	14	21.312.188	7.808.271	21.312.188	7.808.271
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.627	477	3.627	477
Recursos em trânsito de terceiros		3.627	477	3.627	477
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	15	777.853	602.413	2.925.169	1.558.310
Debêntures	15.1	592.231	602.413	2.739.547	1.558.310
Letras de Crédito do Agronegócio	15.2	185.622	-	185.622	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	16	6.077.849	4.330.806	6.611.479	4.328.898
Empréstimos no país	16.1	380.925	370.538	380.925	370.538
Empréstimos no exterior	16.1	104.106	95.062	104.106	95.062
Empréstimos sindicalizados		2.253	1.994	2.253	1.994
Bônus		101.853	93.068	101.853	93.068
Repasse no país		4.339.179	2.758.320	4.872.809	2.756.412
Tesouro Nacional	16.1	3.365.217	1.872.204	3.991.272	1.872.204
Controladas	16.1	92.425	1.908	-	-
Fundo da Marinha Mercante	16.1	875.466	878.471	875.466	878.471
Outros		6.071	5.737	6.071	5.737
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	16.1	1.253.639	1.106.886	1.253.639	1.106.886
OUTRAS OBRIGAÇÕES		6.499.099	5.333.583	7.185.049	6.658.342
Fundos financeiros e de desenvolvimento	18	3.247.339	3.126.571	3.252.690	3.131.295
Fundo PIS/PASEP	18.1	2.181.769	2.125.771	2.181.769	2.125.771
Outros		1.065.570	1.000.800	1.070.921	1.005.524
Impostos e contribuições sobre o lucro	21.1	827.154	721.861	1.042.444	1.204.609
Outros impostos e contribuições		181.182	75.116	233.355	125.533
Credeiros vinculados a liquidação de operação		-	-	22.393	81.164
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	84.027	-	84.027
Provisões trabalhistas e civis	22	1.071	1.262	1.074	1.265
Contas a pagar - FAPES	23	28.409	25.093	37.913	33.484
Vinculadas ao Tesouro Nacional	19	9.104	7.754	65.701	131.312
Provisão para programa de desligamento de funcionários	25	53.239	48.067	73.790	70.954
Impostos e contribuições diferidos	21.2	184.498	48.834	186.431	94.036
Passivo atuarial - FAMS	23	9.030	11.471	15.607	17.951
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	7.6	196.294	12.591	196.294	12.591
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	7.6	-	-	194.790	96.338
Obrigações por depósitos a apropriar	20	988.097	759.070	994.545	759.070
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	-	21.779	-
Diversas		773.682	411.8		

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011**
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	BNDES			Consolidado		
		2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011	2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.718.250	47.907.981	40.589.783	25.849.808	52.419.435	43.935.175
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
. Moeda nacional		11.992.670	23.770.551	21.777.001	12.006.234	23.707.564	21.106.005
. Moeda estrangeira		3.011.619	10.127.991	10.845.359	3.105.339	10.364.492	10.923.661
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		7.558.115	11.271.385	5.502.637	8.211.940	12.814.795	6.822.041
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		931.922	2.299.666	2.120.932	2.302.371	5.094.196	4.739.569
Rendas com administração de fundos e programas		223.924	438.388	343.854	223.924	438.388	343.899
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(16.493.882)	(38.080.821)	(33.383.440)	(17.841.588)	(40.841.725)	(36.729.471)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(13.290.331)	(26.735.819)	(23.799.755)	(14.688.322)	(29.528.591)	(26.584.472)
. Moeda estrangeira		(2.679.044)	(9.581.706)	(10.183.073)	(2.679.043)	(9.581.704)	(10.181.999)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros		(423.976)	(1.363.757)	(691.072)	(423.976)	(1.363.757)	(691.072)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(6.951)	(9.272)	(1.324)	(38.570)	(53.032)	(8.971)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	29	(91.860)	(405.921)	1.272.216	(9.957)	(330.295)	717.475
Resultado da carteira de câmbio		(1.720)	15.654	19.568	(1.720)	15.654	19.568
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.224.368	9.827.160	7.206.343	8.008.220	11.577.710	7.205.704
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(289.973)	946.181	3.276.822	(1.253.336)	(374.340)	4.857.837
Resultado com equivalência patrimonial	13	1.073.472	2.733.339	4.085.319	43.380	(142.474)	1.213.236
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		(330.803)	(199.418)	3.457	(296.271)	(96.783)	488.058
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	(75.490)	(917.614)	(1.092.555)	(126.158)
Receita de dividendos		163	53.219	-	538.892	1.131.235	1.225.978
Receita de juros sobre o capital próprio		56	204.638	557.693	501.649	1.633.975	2.943.216
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	12.507	10.729	944.437	1.718.430	1.730.659
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	(380.568)	(548.149)	(23.486)
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	(113.565)	(56.545)	(1.475)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		83.437	69.290	(43.901)	72.696	46.336	(65.495)
Despesas tributárias		(349.903)	(503.959)	(351.076)	(438.767)	(743.660)	(653.161)
Despesas com pessoal		(342.001)	(628.370)	(656.555)	(634.429)	(1.177.935)	(1.029.714)
Despesas administrativas		(147.740)	(266.959)	(307.465)	(252.494)	(460.037)	(463.323)
Outras receitas operacionais		17.008	111.600	563.560	17.506	141.641	187.097
Outras despesas operacionais		(293.662)	(639.706)	(509.449)	(338.188)	(727.819)	(567.595)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.934.395	10.773.341	10.483.165	6.754.884	11.203.370	12.063.541
Imposto de renda	21	(1.000.179)	(1.651.869)	(807.193)	(1.393.705)	(2.600.357)	(1.647.454)
Contribuição social	21	(619.254)	(1.021.865)	(499.449)	(822.502)	(1.470.912)	(859.228)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	21	202.149	161.016	(52.081)	1.046.829	1.196.917	(389.382)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.517.111	8.260.623	9.124.442	5.585.506	8.329.018	9.167.477
Participação dos empregados no lucro		(77.127)	(77.127)	(76.508)	(145.522)	(145.522)	(119.543)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.439.984	8.183.496	9.047.934	5.439.984	8.183.496	9.047.934
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO (R\$ / AÇÃO)		0,867108	1,304411	1,442198			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2012	29.557.415	6.783.091	1.296.394	115.236	2.723.829	5.124.909	(1.684.314)	17.095.864	-	61.012.424
Aumento de capital (Nota 27)	6.783.091	(6.783.091)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.337.249)	(3.287.641)	-	(4.624.890)
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 27)	-	-	-	-	-	(5.124.909)	-	-	5.124.909	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 27)	-	-	-	-	(2.723.829)	-	-	-	2.723.829	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio complementares:										
Dividendos complementares - 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.442.602)	(1.442.602)
Dividendos complementares - 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.308.765)	(6.308.765)
Juros sobre capital próprio complementares - 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.371)	(97.371)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.183.496	8.183.496
Destinação do resultado (Nota 27):										
. Reserva legal	-	-	409.174	-	-	-	-	-	(409.174)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.604	-	-	-	-	(27.604)	-
. Remuneração ao Acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.973.225)	(1.973.225)
. Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.579.604)	(2.579.604)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.162.008	-	-	-	(1.162.008)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.031.881	-	-	(2.031.881)	-
Em 31 de dezembro de 2012	36.340.506	-	1.705.568	142.840	1.162.008	2.031.881	(3.021.563)	13.808.223	-	52.169.463
Mutações no exercício	6.783.091	(6.783.091)	409.174	27.604	(1.561.821)	(3.093.028)	(1.337.249)	(3.287.641)	-	(8.842.961)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de julho de 2012	29.557.415	6.783.091	1.296.394	115.236	2.723.829	1.765.692	(1.704.471)	12.701.234	2.743.512	55.981.932
Aumento de capital (Nota 27)	6.783.091	(6.783.091)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.317.092)	1.106.989	-	(210.103)
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 27)	-	-	-	-	-	(1.765.692)	-	-	1.765.692	-
Reversão de reserva para futuro aumento de capital (Nota 27)	-	-	-	-	(2.723.829)	-	-	-	2.723.829	-
Dividendos complementares:										
Dividendos complementares - 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.442.602)	(1.442.602)
Dividendos complementares - 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.046.919)	(3.046.919)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	5.439.984	5.439.984
Destinação do resultado (Nota 27):										
. Reserva legal	-	-	409.174	-	-	-	-	-	(409.174)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.604	-	-	-	-	(27.604)	-
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.973.225)	(1.973.225)
. Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.579.604)	(2.579.604)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.162.008	-	-	-	(1.162.008)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	2.031.881	-	-	(2.031.881)	-
Em 31 de dezembro de 2012	36.340.506	-	1.705.568	142.840	1.162.008	2.031.881	(3.021.563)	13.808.223	-	52.169.463
Mutações no semestre	6.783.091	(6.783.091)	409.174	27.604	(1.561.821)	266.189	(1.317.092)	1.106.989	-	(3.812.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2011	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Aumento de capital (Nota 27)	-	6.783.091	-	-	-	-	-	-	-	6.783.091
Reversão de reserva de margem operacional (Nota 27)	-	-	-	-	-	(4.697.484)	-	-	4.697.484	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.697.484)	(4.697.484)
Antecipação de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(13.885.002)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.047.934	9.047.934
Destinação do resultado (Nota 27):										
. Reserva legal	-	-	452.397	-	-	-	-	-	(452.397)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	54.021	-	-	-	-	(54.021)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.135.380)	(2.135.380)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.281.227	-	-	-	(1.281.227)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	5.124.909	-	-	(5.124.909)	-
Em 31 de dezembro de 2011	29.557.415	6.783.091	1.296.394	115.236	2.723.829	5.124.909	(1.684.314)	17.095.864	-	61.012.424
Mutações no exercício	-	6.783.091	452.397	54.021	1.281.227	427.425	(1.777.503)	(12.107.499)	-	(4.886.841)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011	2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício antes do imposto de renda e contribuição social	6.934.395	10.773.341	10.483.165	6.754.884	11.203.370	12.063.541
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(887.912)	(2.012.753)	(4.749.978)	1.860.244	3.294.169	(921.300)
Constituição (reversão) de provisão para risco de crédito	91.860	405.921	(1.272.216)	9.957	330.295	(717.475)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(83.437)	(69.290)	43.901	(72.696)	(46.336)	65.495
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	75.490	917.614	1.092.555	126.158
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.073.472)	(2.733.339)	(4.085.319)	(43.380)	142.474	(1.213.236)
Ajuste a valor justo na permuta de ações	-	-	-	-	-	(357.295)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos de renda variável	-	-	-	380.568	548.149	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	91.086	113.420	(4.481)
Depreciação	8.806	17.395	19.414	16.614	32.822	30.335
Atualização monetária das obrigações por emissão de debêntures e letras de crédito do agronegócio	168.331	366.560	468.752	560.481	1.080.790	1.149.199
Varição de ativos e obrigações	(6.557.482)	(12.307.748)	(23.239.576)	(9.798.682)	(19.281.461)	(25.186.627)
. (Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento	(46.565.824)	(60.965.725)	(60.092.903)	(50.441.695)	(66.985.267)	(63.049.696)
. (Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(13.128.567)	(26.311.960)	(28.016.610)	(15.790.253)	(28.794.272)	(30.493.278)
. (Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	(1.097.953)	(66.574)	139.268	(2.497.033)	(2.783.142)	(3.783.669)
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	39.830.844	74.658.123	67.388.645	45.809.724	80.899.085	74.177.889
. Aumento / (diminuição) líquido de instrumento híbrido de capital	622.746	340.231	541.282	622.746	340.231	541.282
. Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	21.312.188	13.503.917	7.808.271	21.312.188	13.503.917	7.808.271
. Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(153.244)	823.681	1.290.222	(718.067)	1.636	1.686.252
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(5.795.463)	(11.731.000)	(11.797.472)	(5.667.235)	(11.730.908)	(10.834.641)
. IR e CSSL pagos	(1.582.209)	(2.568.441)	(500.279)	(2.429.035)	(3.732.741)	(1.239.037)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(510.999)	(3.547.160)	(17.506.389)	(1.183.554)	(4.783.922)	(14.044.386)
Atividades de investimentos						
. Aumento de capital BNDES Limited	-	(10.834)	-	-	-	-
. Adições ao imobilizado	(17.472)	(29.258)	(36.914)	(17.472)	(29.258)	(36.914)
. Adições ao intangível	-	-	(10.053)	-	-	(10.053)
. Baixas do imobilizado	188	2.788	-	188	2.788	-
. Compra de investimentos	-	-	-	(165.608)	(1.351.527)	(720.406)
. Venda de investimentos	-	-	-	2.450.477	2.857.122	15.882
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	-	4.056.098	182.828	640.953	553.175
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(17.284)	(37.304)	4.009.131	2.450.413	2.120.078	(198.316)
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	7.137.142	15.991.260	14.529.058	7.137.142	15.991.260	14.529.058
. Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(2.792.600)	(6.292.600)	(5.878.686)	(2.792.600)	(6.292.600)	(5.878.686)
. Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio	120.000	180.000	-	120.000	2.180.000	-
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(459.040)	(938.059)	(918.818)	(530.510)	(1.945.280)	(1.820.833)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	4.005.502	8.940.601	7.731.554	3.934.032	9.933.380	6.829.539
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.477.219	5.356.137	(5.765.704)	5.200.891	7.269.536	(7.413.163)
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício	8.060.316	6.181.398	11.947.102	8.751.035	6.682.390	14.095.553
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	8.060.316	6.181.398	11.947.102	8.751.035	6.682.390	14.095.553
Final do semestre/exercício	11.537.535	11.537.535	6.181.398	13.951.926	13.951.926	6.682.390
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (1)	11.537.535	11.537.535	6.181.398	13.951.926	13.951.926	6.682.390
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.477.219	5.356.137	(5.765.704)	5.200.891	7.269.536	(7.413.163)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011	2º semestre de 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
RECEITAS	23.312.595	47.426.749	42.583.678	26.307.661	53.344.517	46.689.378
Intermediação financeira	23.718.250	47.907.981	40.733.716	25.849.808	52.419.435	44.079.108
Outras receitas	(313.795)	(75.311)	577.746	467.810	1.255.377	1.892.795
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(91.860)	(405.921)	1.272.216	(9.957)	(330.295)	717.475
DESPESAS	16.612.247	38.245.316	35.352.939	18.388.728	41.285.030	37.735.911
Intermediação financeira	16.402.022	37.674.900	34.799.589	17.831.631	40.511.430	37.590.879
Outras despesas	210.225	570.416	553.350	557.097	773.600	145.032
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	112.524	199.639	306.485	1.105.970	1.430.462	472.552
Materiais, energia e outros	22.079	37.563	23.543	31.896	56.309	35.223
Serviços de terceiros	90.445	162.076	207.452	156.460	281.598	311.171
Perda de valores ativos	-	-	75.490	917.614	1.092.555	126.158
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.587.824	8.981.794	6.924.254	6.812.963	10.629.025	8.480.915
RETENÇÕES	8.805	17.395	19.414	16.614	32.822	30.335
Depreciação	8.805	17.395	19.414	16.614	32.822	30.335
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	6.579.019	8.964.399	6.904.840	6.796.349	10.596.203	8.450.580
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.073.691	2.991.196	4.643.012	1.083.921	2.622.736	5.382.430
Resultado de equivalência patrimonial	1.073.472	2.733.339	4.085.319	43.380	(142.474)	1.213.236
Dividendos e juros sobre capital próprio	219	257.857	557.693	1.040.541	2.765.210	4.169.194
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.652.710	11.955.595	11.547.852	7.880.270	13.218.939	13.833.010
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.652.710	11.955.595	11.547.852	7.880.270	13.218.939	13.833.010
Pessoal e encargos	301.233	553.701	565.747	555.594	1.032.554	885.271
- Remuneração direta	184.974	364.892	403.920	342.078	678.291	628.131
- Benefícios	94.504	145.575	109.205	172.471	272.691	174.918
- FGTS	18.109	35.195	42.552	34.168	66.406	66.487
- Outros	3.646	8.039	10.070	6.877	15.166	15.735
Impostos, taxas e contribuições	1.811.090	3.097.840	1.806.561	1.695.253	3.775.422	3.700.415
- Federais	1.805.914	3.086.428	1.796.673	1.689.756	3.759.821	3.687.964
- Municipais	5.176	11.412	9.888	5.497	15.601	12.451
Aluguéis	23.276	43.431	51.102	43.917	81.945	79.847
Participação dos empregados nos lucros	77.127	77.127	76.508	145.522	1,1%	119.543
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.552.829	4.552.829	2.135.380	4.552.829	34,4%	2.135.380
Lucros retidos	887.155	3.630.667	6.912.554	887.155	27,5%	6.912.554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Damata Pimentel – Presidente
Luciano Galvão Coutinho – Vice-Presidente
Mauro Borges Lemos
Carlos Roberto Lupi
Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira
Artur Henrique da Silva Santos
Roberto Atílio Amaral Vieira
Orlando Pessuti
Miriam Aparecida Belchior
Márcio Holland de Brito

CONSELHO FISCAL:

Carlos Eduardo Esteves Lima
Paulo Fontoura Valle
Raul Lycurgo Leite – Suplente
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA:

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA:

Luciano Galvão Coutinho – Presidente
João Carlos Ferraz – Vice-Presidente
Fernando Marques dos Santos
Guilherme Narciso de Lacerda
Julio César Maciel Ramundo
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Maurício Borges Lemos
Roberto Zurli Machado

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA:

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE:

Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva - CRC-RJ 087956/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinar ou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 27, a administração do Banco manteve registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012, um ajuste negativo no montante de R\$ 2.380 milhões, líquido dos efeitos tributários, correspondente à perda de caráter permanente em certos investimentos em ações classificadas na

categoria disponível para venda, conforme requerido pela Resolução nº 4.175/12 do Conselho Monetário Nacional. As práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que tem por objetivo a apresentação adequada da posição patrimonial e financeira, do desempenho operacional e dos fluxos de caixa, requerem que o ajuste negativo em ações considerados como perda de caráter permanente seja apropriado em despesa no período em que ocorrer. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de perda considerada de caráter permanente, líquida dos efeitos tributários, mantida no patrimônio líquido é de R\$ 2.380 milhões. Consequentemente, o lucro líquido individual e consolidado do exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2012 está aumentado em R\$ 2.380 milhões, após os efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelo Banco Central do Brasil, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de fevereiro de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC SP-138600/O-7

Bruno Vergasta de Oliveira
Contador CRC RJ-093416/O-0 T-SP

PARECER N.º 01 / 2013 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 14.02.13, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES, em 31.12.12, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício (R\$ 8.183.496.580,21) já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

- 5%, correspondentes a R\$ 409.174.829,01 (quatrocentos e nove milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e um centavo), para a constituição da Reserva Legal;
- R\$ 27.603.224,67 (vinte e sete milhões, seiscentos e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), correspondentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício, para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais;
- 15%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 1.162.007.778,98 (um bilhão, cento e sessenta e dois milhões, sete mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos), para

a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital;

- 25%, após constituição da Reserva Legal e da Reserva de Incentivos Fiscais, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.936.679.631,63 (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos), integralmente pagos na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP ao longo do exercício de 2012;
- R\$ 2.616.149.824,25 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos) a título de dividendos complementares, integralmente pagos ao longo do exercício de 2012, dos quais R\$ 36.545.371,78 (trinta e seis milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e um reais e oito centavos) na forma de Juros Sobre Capital Próprio - JCP; e
- R\$ 2.031.881.291,67 (dois bilhões, trinta e um milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro do exercício, para a constituição de Reserva de Margem Operacional.

Rio de Janeiro (RJ), 20 de fevereiro de 2013

Carlos Eduardo Esteves Lima

Paulo Fontoura Valle

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Conforme faculta o *caput* do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente. Atualmente é composto por três membros, sendo que o seu coordenador atualmente é membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, já tendo exercido diversos mandatos em Conselhos de Administração das empresas do Sistema BNDES.

O Comitê reúne-se ordinariamente, uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2012, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias tratadas destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Risco, para as quais foi criada uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Risco, bem como há um Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional. Esse projeto, de Gestão Integrada de Recursos, denominado de AGIR, é conduzido por uma secretaria executiva, e conta com o suporte de uma consultoria externa;
- atividades no âmbito da unidade de Tecnologia de Informação e Processo;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes;
- política do Sistema no apoio ao fortalecimento e internacionalização do setor frigorífico.
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais; e
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) e KPMG. Nessas reuniões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pela empresa de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A - BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões ocorreram tanto quando da análise das demonstrações do exercício de 2011, com a Deloitte, como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2012, com a KPMG, que é a atual empresa que presta serviços de Auditoria Independente para o Sistema BNDES.

As demonstrações da BNDESPAR e do consolidado do Sistema BNDES, a partir do exercício de 2010, inclusive, passam a ser apresentadas segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* - IFRS, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis.

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias, que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, registrados em

conta de Títulos e Valores Mobiliários e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo. Essa mudança, no critério de contabilização, acarretou uma grande majoração no valor da carteira, no exercício de sua adoção, e irá implicar em oscilações provavelmente menores, embora eventualmente significativas, nos exercícios seguintes.

Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobrás.

Assim é que, no exercício de 2010, quando da adoção do IFRS, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ao ser contabilizada pela primeira vez pelo valor justo, teve um acréscimo bruto de R\$ 43,3 bilhões, equivalente a 82% do valor anterior da carteira. Na ocasião, o impacto líquido no Patrimônio Líquido, descontada a provisão para o Imposto de Renda a ser pago quando da monetização desses ativos, foi uma majoração de R\$ 29,4 bilhões.

Por outro lado, a partir do exercício de 2011, o valor dessa carteira estará sujeito a oscilações em sua contabilização, com reflexos no Patrimônio Líquido. Em 2011, por exemplo, os ajustes da carteira, em função da cotação dos papéis no dia do fechamento das Demonstrações Financeiras, acarretaram em uma redução de R\$ 13,9 bilhões no Patrimônio Líquido. Já em 2012 a redução foi de R\$ 4,6 bilhões, destacando-se R\$ 2,38 bilhões em Eletrobrás.

O parecer da KPMG, referente ao exercício de 2012, foi emitido com uma ressalva e atesta que as demonstrações financeiras do BNDES, de suas subsidiárias e dos fundos por ele administrados, a menos da ressalva apontada, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A ressalva refere-se à perda com a Eletrobrás, no valor de R\$ 2,38 bilhões, que, segundo as regras do Banco Central do Brasil, válidas para as instituições financeiras, deveria, nesse caso, além de afetar o Ativo e o Patrimônio Líquido, transitar pela conta de resultados, reduzindo o lucro do Sistema.

Ocorre que decisão da própria Autoridade Monetária, Resolução nº 4.175/12, de 27 de dezembro de 2012, do Conselho Monetário Nacional, específica para o BNDES, estabelece que eventuais ganhos ou perdas com ações recebidas pelo Banco, em transferência da União para aumento de capital e classificadas na categoria "títulos disponíveis para venda", dentro de certos limites, só devem transitar pelo resultado quando da realização, ou seja, quando da venda ou transferência.

Assim, embora autorizada essa excepcionalidade, a KPMG ressalvou esse não lançamento pelo fato de que essa prática contábil não é consistente com aquela adotada no mercado financeiro. É de se supor que essa ressalva permaneça nos próximos exercícios, quer haja ganhos, quer haja perdas no valor justo dessas ações.

No exercício de 2012 destacam-se os seguintes aspectos:

- Ingresso de recursos oriundos do Tesouro Nacional, sob a forma de empréstimo, no valor de R\$ 55,0 bilhões, que vêm se somar aos R\$ 265,0 bilhões, originários da mesma fonte, que ingressaram entre 2009 e 2011;
- Aumento de capital, por parte da União, no valor de R\$ 6,8 bilhões, integralizado com ações da Petrobrás;
- Pagamento de dividendos, para a União, no valor de R\$ 12,4 bilhões. Deste total, R\$ 7,8 bilhões referem-se a dividendos complementares, relativos aos exercícios de 2010 e 2011, e R\$ 4,6 bilhões à distribuição antecipada sobre o lucro de 2012;
- A carteira de participações, historicamente responsável por significativa parcela do resultado do Sistema, responde, consequentemente, por significativa parcela de suas oscilações. O resultado de participações societárias foi R\$ 2,6 bilhões no exercício de 2012, contra R\$ 7,0 bilhões em 2011, R\$ 6,2 bilhões em 2010 e R\$ 4,0 bilhões em 2009; e
- O lucro líquido no exercício foi de R\$ 8,2 bilhões, contra R\$ 9,0 bilhões em 2011 e R\$ 9,9 bilhões em 2010. Entre os principais fatores que contribuíram para essa oscilação estão presentes tanto os resultados com a carteira de participações, conforme citado anteriormente, como eventos não recorrentes no âmbito da Provisão para Risco de Crédito. No exercício de 2012 essa conta apresentou um valor negativo de R\$ 330 milhões contra um resultado positivo, no exercício de 2011, de R\$ 717 milhões. No exercício, as reversões por conta de recuperações de créditos em liquidação foram no montante de R\$ 169 milhões, contra R\$ 880 milhões em 2011. Registre-se, ainda, que em 2010 ocorreu um evento não recorrente, de grande magnitude, que foi a recuperação de crédito da Southern Elétric, no valor de R\$ 2,1 bilhões. De se destacar, no entanto, que, de acordo com a ressalva apresentada no parecer da KPMG, na apuração do lucro de 2012 não está contemplada a perda com a desvalorização da carteira da Eletrobrás, no valor de R\$ 2,4 bilhões. Se esta perda transitasse pelo resultado, o lucro em 2012 seria de R\$ 5,8 bilhões.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 99,1% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 92,4% no Sistema Financeiro Nacional.

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 15,4% (20,6% em 2011), quando o mínimo é 11%; Índice de Exposição Cambial de 3,1% quando o teto máximo é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 21,2% (16,3% em 2011) contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 34,0%, sendo que o limite máximo é 50%.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que se manifeste favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2013

João Paulo dos Reis Velloso
Coordenador

Atílio Guaspari
Membro

Paulo Roberto Vales de Souza
Membro